

Líderes recorrem da decisão de Carneiro

BRASÍLIA — Os sete partidos de oposição ao governo Collor entraram ontem com uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) contra a decisão do presidente do Senado, Nelson Carneiro, de devolver ao presidente da República a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Eles alegam que Carneiro não poderia suspender as sessões do Congresso enquanto não fosse votada a LDO.

Segundo o advogado Reginaldo Oscar de Castro, do PSDB, que elaborou a ação, o comportamento do senador fere diretamente aos artigos 35 e 57 da Constituição. O segundo parágrafo desse último

artigo, por exemplo, estabelece que "a sessão legislativa não será interrompida sem aprovação do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias".

a Ação elaborada pelo advogado do PSDB também foi assinada por parlamentares do PT, PC do B, PCB, PSB e PDT e chegou ao STF pelas mãos do líder dos tucanos, Euclides Scalco, às 17h45, 15 minutos antes do fechamento do protocolo do tribunal. "A atitude de Carneiro não passa de uma tentativa de ressuscitar, de modo descabido, o dispositivo de aprovação de leis por decurso de prazo", criticou Scalco, organizador da iniciativa dos partidos de oposição.



José Paulo Lacerda/AE

Scalco e outros líderes da oposição: ação conjunta